

AMBIENTES E ATIVIDADES FACILITADORAS DO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA¹

Luiza Russo e Luiza Percevallis Pereira

Considerando que, no Brasil, a cultura da inclusão social da pessoa com deficiência está amparada pela legislação e que vem paulatinamente sendo implementada, ainda que não se apresente na velocidade desejada, registramos aqui exemplos de como alguns ambientes e atividades podem ser mais ou menos facilitadores para o processo de inclusão social desta população.

Os parâmetros utilizados para essa reflexão são: o nível de abrangência que cada ambiente e atividade propõe em relação à acessibilidade, em especial para as pessoas com deficiência; e o maior nível de abrangência territorial que esses ambientes e atividades possam oferecer à essa população.

Tendo como base o Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011) da ONU, consideramos que a questão da acessibilidade faz parte, como um elemento fundamental, do contexto social inclusivo. Como documento norteador o Programa de Desenvolvimento Social e Comunitário Inclusivo do Instituto Paradigma, sendo importante ressaltarmos que a cultura da acessibilidade engloba aspectos físicos, sociais e comportamentais, e que os ambientes apresentam, muitas vezes, suas ambiências: a de poder fomentar ou inviabilizar o acesso e a participação das pessoas com deficiência, ou com limitações temporárias.

O ambiente acessível também precisa se interligar a muitos elementos do contexto social, tais como: a arquitetura local, vias e meios de transportes, e meios de comunicação e de informação, ou seja, todos os instrumentos e formas de interação disponíveis, para que os indivíduos criem e recriem suas rotinas de vida, com liberdade de escolha e autonomia individual. Este aspecto

¹ No livro intitulado: “ Inclusão Educacional, Econômica e Social das pessoas com deficiência: Contribuições do Instituto Paradigma” (2021), as autoras abordam esses ambientes e atividades como facilitadores do desenvolvimento social e comunitário das pessoas com deficiência (Cap. 5, item B).

torna-se especialmente importante para as pessoas com deficiência e para uma ampla variedade de pessoas, como os idosos, gestantes, obesos etc.

Assim, os ambientes e as atividades facilitadoras são aquelas que podem fomentar o acesso e a participação de todas as pessoas, e que estão providos dos recursos necessários, como tecnologias acessíveis pautadas em leis e normas técnicas formalmente recomendadas.

Finalmente, também fazem parte dessa ambiência fatores que impedem o acesso, como as barreiras atitudinais, causadas pela falta de conhecimento e/ou da expressão de preconceitos. As atitudes negativas podem ser, em algumas situações, mais danosas do que as barreiras físicas. Neste caso, a educação e a sensibilização das pessoas através da comunicação e providências legais concretas representam a principal ferramenta de informação e mudança.

Quanto mais desenvolvida é a sociedade, mais presente está a cultura da acessibilidade e a remoção de barreiras ambientais e atitudinais. Por isso, é necessário exemplificarmos alguns dos vetores importantes para a construção de ambientes e atividades facilitadoras para a inclusão social nas comunidades.

1. A escola

Destacamos a escola como um dos mais importantes ambientes facilitadores para a inclusão social das pessoas com deficiência, pois tem como potencial o desenvolvimento pedagógico, social e comunitário do seu público em geral, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN n.º 9394/1996, estabelecendo que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais... Essa lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”. (Art. 1º, e parágrafo 1º Título I)

Em primeiro plano, teremos a escola como a instituição apropriada para a educação escolar. Mas ela se destaca, entre os demais ambientes facilitadores da inclusão social da pessoa com deficiência, devido à abrangência da educação

escolar e que se constituiu, a partir dessa lei, como um direito para todas as crianças, universalizando seu acesso ao sistema público de ensino. Assim, passou a ser um dever do Estado, disposto como obrigatório e gratuito, contemplando também o acesso das pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino, com direitos extensivos a serviços de apoio especializado, tanto nas zonas urbanas como rurais, e nas diferentes regiões do país.

Entretanto, sendo a abrangência um ponto forte destacado em relação à escola, ela também apresenta suas idiossincrasias. Assim como representa um importante ambiente facilitador para a inclusão social das pessoas com deficiência, também produz sérios obstáculos em relação: à acessibilidade arquitetônica em seus espaços internos e externos; à acessibilidade pedagógica, que também se mostra um problema, na oferta escassa de material didático, de equipamentos e serviços especializados que mitiguem as limitações apresentadas pelos alunos por conta da deficiência; às barreiras atitudinais que, infelizmente, ainda se manifestam nas comunidades escolares, muitas vezes em relação à desinformação e ao preconceito social.

Em seguida, destacamos os processos formativos desenvolvidos pelos profissionais da escola que também apresentam obstáculos, pois além da qualificação técnica, deveriam proporcionar vivências interdisciplinares, como: a realização de eventos culturais diversos com a participação da comunidade do entorno da escola assim como atividades extraclasse e extracurriculares para alunos e professores, que promovessem a convivência diferenciada entre alunos, alunos-professores, profissionais e escola-família. A escola se reinventaria como um espaço educativo, inclusivo e de experiências positivas de interação social. Essa abordagem interdisciplinar deve ser valorizada pois possibilita movimentos diferenciados no cotidiano escolar, sendo facilitadora do desenvolvimento das culturas da inclusão e da acessibilidade, ampliando as possibilidades da participação.

Muitos gestores públicos também possibilitam a abertura das escolas nos finais de semana, feriados, recessos e férias, uma vez que elas representam, em muitos casos, o único recurso da comunidade para as atividades culturais, esportivas e de lazer. Para as culturas da inclusão e da acessibilidade, esses processos promovem e reforçam a convivência e a participação plena da

comunidade, que muitas vezes se iniciam na escola e se estendem às suas vizinhanças.

2. As organizações sociais

A história do cuidado e atenção à população com deficiência, na sociedade brasileira, está intrinsecamente relacionada à atuação de instituições religiosas e de caráter assistencial. Havia, e ainda há, repasses de recursos humanos e financeiros do setor público para que algumas destas instituições continuem assumindo essa pauta, esvaziando, com isso, a responsabilidade do Estado em relação à geração de serviços e recursos, em áreas importantes, como da assistência social, da saúde, da educação, do emprego etc.

No entanto, a partir da década de 1980, sob a influência de organizações multilaterais e de movimentos sociais estrangeiros, as organizações sociais brasileiras iniciam uma maior mobilização, com a participação das pessoas com deficiência, trazendo uma nova forma de dialogar com o Estado, para além do assistencialismo. Esse novo posicionamento, na maioria das organizações, resultou em uma nova consciência e adequação da gestão dos recursos públicos, buscando potencializar a inclusão social das pessoas com deficiência.

A ONU, a Unicef e outros órgãos representativos mundiais passaram a organizar fóruns com pautas reivindicatórias pela igualdade de direitos e outros temas. Esses fóruns culminaram em assinaturas de tratados internacionais, na busca de um consenso global sobre medidas afirmativas e de reparação para as pessoas com deficiência. Essas iniciativas geraram a colaboração entre países na construção de políticas públicas locais e globais, afinadas com o compromisso de construir uma sociedade igualitária, capaz de gerar movimentos voltados à equidade de direitos a todas as pessoas e à paz mundial.

Vivenciando esse movimento, muitas outras organizações sociais foram criadas, assim como o Instituto Paradigma. Algumas delas fundadas por grupos utilizando recursos privados e outras organizações sociais que estabelecem parcerias com o setor público para o desenvolvimento de projetos e que se tornaram capazes de incentivar e apoiar iniciativas locais de forma ágil. Isso passou a acontecer devido à interlocução e proximidade dessas organizações

com a comunidade, o que lhes dá condições efetivas de atuar nos desafios sociais e na busca da melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

Aquelas organizações que ainda apresentam serviços, mantendo íntima dependência do Estado, são afetadas em seu processo de gestão e costumam reproduzir o modelo de prestação de serviços do setor público, impactando diretamente na sua capacidade de cumprir tarefas com qualidade. Outras delas são reféns de acordos e contratos pouco éticos, onde se submetem a orientações e interferências ideológicas e políticas, o que acaba comprometendo a imagem de idoneidade do setor como um todo, e sendo responsáveis por certa desconfiança da população em relação à atuação das ONGs na nossa sociedade, que, de fato, tem sido nefasto para este segmento tão importante.

Muitas vezes, essa relação entre o Estado e as organizações sociais é conflituosa, trazendo como consequência a descontinuidade de suas estratégias e ações, assim como empasses ao próprio Estado, pondo em xeque a sua capacidade de cumprir metas, e como consequência destes desgastes desproporcionais, uma drenagem de energia e de recursos, gerando resultados pífios a partir de altos investimentos.

Outra situação em que a atuação das ONGs se torna muito vulnerável, está na forma como são orientadas as parcerias com o setor público, uma vez que é bastante comum a descontinuidade do desenvolvimento de projetos já em andamento. Isso geralmente ocorre em função dos finais dos períodos eleitorais e da chegada de novos gestores, como os prefeitos nos municípios, governadores etc., quando geralmente esses gestores recém-empossados optam por praticar a chamada política de terra arrasada, desmantelando todos os esforços e ações da gestão anterior, especialmente aqueles que não pertencem a seus partidos políticos, ignorando o gasto de recursos públicos, e a avaliação da efetividade do trabalho, impondo a sua vaidade pessoal em querer deixar “marcas” como legado para sua próxima eleição. Com isso, presenciamos rotineiramente o descompromisso desses gestores com os valores democráticos e éticos que uma posição pública exige, além do desperdício de energia, de conhecimento acumulado, de recursos financeiros, acarretando, muitas vezes, consequências irreversíveis na vida das pessoas. É

por essas e outras razões que as organizações sociais precisam adotar práticas de gestão eficientes e buscar o maior impacto social possível nas suas ações e projetos, pois elas representam um importante instrumento de mediação das transformações sociais do país, em especial no processo de inclusão das pessoas com deficiência.

3. O esporte

Segundo pesquisa realizada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, no Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento (2012), no Brasil a disciplina de Educação Física começou a se preocupar com atividade física específica para as pessoas com deficiência, a partir do ano de 1950, registrando-se, em 1958, a fundação do Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro, e do Clube dos Paraplégicos, em São Paulo.

Atualmente, temos o desenvolvimento do esporte adaptado, realizado por meio de associações e da participação crescente das pessoas com deficiência. Existem inúmeras associações que compõem o Comitê Paralímpico Brasileiro, que têm como objetivo incentivar o esporte para esse público e organizar o desporto em nível de competições regionais, nacionais e internacionais.

Além de financiamento específico, ainda insuficiente no Brasil, em comparação com outros países, os esportes paralímpicos possuem uma classificação para os praticantes e atletas com deficiência, com o objetivo de equiparar suas capacidades e limitações técnicas, de acordo com a categoria prevista.

Os atletas são divididos em seis categorias, de acordo com a deficiência e sua funcionalidade: atletas com paralisia cerebral, com lesão medular, com amputação, atletas com deficiência visual, com deficiência mental; e o chamado les autres, categoria composta por atletas que não se incluem nas categorias anteriores.

O Comitê Paralímpico Internacional (IPC) reconhece 28 esportes como federados, sendo que a Organização Internacional de Esportes para Deficientes

é responsável pela administração de seis modalidades. As outras treze possuem federações próprias, como é o caso do basquetebol em cadeira de rodas, canoagem, ciclismo, curling em cadeira de rodas, hipismo, remo, rugby em cadeiras de rodas, tênis em cadeira de rodas, tiro com arco, triatlo, vela e voleibol sentado.

Existem ainda os esportes paralímpicos praticados nos Jogos Paralímpicos de Inverno, como biatlo, esqui alpino, esqui cross-country, hóquei sobre trenó, tiro e dança esportiva. E os praticados nos Jogos Paralímpicos de Verão, que são: bocha, esgrima em cadeira de rodas, goalball e judô.

Para Teodoro (2007), uma questão interessante que o esporte proporciona é o reconhecimento social atribuído à pessoa com deficiência, que se destaca no esporte. Para além do atleta, o indivíduo passa a ser visto também como um modelo de superação e incentivo positivo. O atleta paralímpico, ou mesmo o simples esportista com deficiência, através do entusiasmo, da motivação e da resiliência, transformam-se em importante agente de mudanças para a inclusão social.

Baseados no conceito de “fronteira” desenvolvido por Furlanetto (2002), consideramos que existe uma linha fronteira importante a ser considerada no processo de inclusão social que se concretiza de diferentes formas. Ao mesmo tempo que promove a separação e a diferenciação (pessoas com e sem deficiência), ela possibilita a intersecção entre as pessoas, sem e com diferentes deficiências, em vários grupos e ambientes. Os espaços fronteiros propiciam a criação de outros novos espaços e possibilidades, pois, ao mesmo tempo que limitam, eles possibilitam a flexibilidade, sendo constituídos como uma região comum de separação e de encontros.

Pensando nesses atletas e nas pessoas com deficiência que praticam esportes, essas fronteiras podem ser vivenciadas, em grande intensidade, nas competições e jogos em equipe, proporcionando aos atletas múltiplas possibilidades de encontros e de intercâmbios.

4. A cultura

Considerando a evolução de cada nação, e de todos os processos que cada uma delas vivenciou com a colonização e a miscigenação cultural, é possível afirmar que todos os países apresentam certa diversidade cultural.

A ONU, em sua atuação em prol da educação, ciência e cultura através da Unesco, criou e colocou em prática a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002), reafirmando o reconhecimento da existência de múltiplas culturas e que todas elas fazem parte de uma herança cultural da humanidade, devendo ser consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

O documento explicita que “essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbio, de inovação e criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade, e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras”. (Artigo 1)

O reconhecimento da diversidade cultural tem sido mais difundido nos contextos democráticos, uma vez que a pluralidade das identidades é vista também como um fator potencializador do desenvolvimento econômico, intelectual, moral, afetivo e espiritual de todas as pessoas e das comunidades.

Os textos legais consideram que a acessibilidade dos espaços e das ações culturais devem estar em observância com o desenho universal, para que as pessoas com deficiência e outros públicos (idosos, gestantes e pessoas com impedimentos físicos temporários) sejam também beneficiados. O acesso sem barreiras é considerado em sua complexidade como necessário, para se garantir a efetividade de experiências facilitadoras e inclusivas.

A Agência Nacional do Cinema (Ancine), por exemplo, divulgou normas e critérios que compõem a Instrução Normativa n.º 128/2016, ao dispor sobre a acessibilidade visual e auditiva para pessoas com deficiência em salas de cinema. De acordo com essa regulamentação, os exibidores são obrigados a fornecer equipamentos que permitam a esse público assistir a filmes, o que engloba recursos de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e

língua brasileira de sinais (Libras).

Outra alternativa que tem sido apresentada à população com deficiência são os projetos culturais com curadorias acessíveis, que desenvolvem projetos culturais, com a participação efetiva de representantes do público com deficiência, com o objetivo de criar linguagens e estratégias de acesso irrestrito, sob o ponto de vista do usuário.

Segundo Sarraf (2018), essa prática vem se desenvolvendo no Brasil, pioneiramente em museus e em centros culturais. Os museus e centros culturais que adotam essas práticas, criam vínculos de participação e de pertencimento, com e para as pessoas com deficiência, assim como se aproximam de sua missão maior, que é o desenvolvimento da diversidade cultural e humana.

Para a mesma autora, existe ainda no Brasil, um tímido conjunto de museus, exposições e programas de ação educativa, que organizam suas curadorias com o apoio de representantes de vários grupos sociais: pessoas com deficiência, idosos, crianças pequenas, jovens, populações do entorno ou comunidade em que estão inseridos.

Como um dos exemplos citados, destacamos o Programa Deficiente Residente, do Museu do Futebol, em São Paulo. Ele foi criado em 2010 para atender às demandas da equipe de educadores que ali trabalhavam e que solicitavam mais oportunidades de formação para o atendimento aos visitantes com diferentes deficiências. Após o desenvolvimento dessa estratégia inclusiva, foram organizadas apresentações, atendendo às especificidades trazidas pelos representantes de pessoas com deficiência visual, surdez, deficiência intelectual, física etc.

Em relação à cultura da acessibilidade, percebe-se o desenvolvimento de uma conscientização no segmento cultural ao entrarem em contato com as necessidades específicas das pessoas com deficiência. Essa aproximação, seguida pelo desconforto frente à exclusão desse público, tem feito surgir iniciativas inovadoras. Além disso, é cada vez mais frequente presenciarmos a formação de grupos específicos ou inclusivos de dança, teatro, música, e outras manifestações artísticas, de excelente qualidade e de grande reconhecimento

público, trazendo a confirmação de que as pessoas com deficiência estão assumindo definitivamente o protagonismo de suas vidas e contribuindo, de forma incontestável, para mudanças de valores sociais importantes, relacionados ao prazer e ao convívio com a diversidade no seu mais amplo sentido.

5. O lazer

O lazer compreende tudo o que propicia o sentimento de bem-estar da pessoa e que se distingue do que ela faz para a sua própria sobrevivência. Nesse sentido, é interpretado como o tempo para atividades prazerosas, que promovem o descanso das atividades de trabalho ou obrigações.

Dumazedier (1973) caracteriza o lazer como “um conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”.

Desse modo, o lazer abrange formas amplas de expressão e de atividades, cujos elementos são de natureza física, intelectual, social, artística e/ou espiritual, promovendo a saúde e o bem-estar geral. Em síntese, o lazer traz como benefícios: a criatividade, satisfação, diversão e aumento da capacidade de sentir prazer e felicidade.

Um destaque atual em relação ao lazer é a preocupação dos profissionais do turismo com a acessibilidade em toda a cadeia desse mercado, para pessoas com deficiência, pois esse público está cada vez mais presente em viagens, em hotéis, restaurantes, parques, museus e no transporte público, em busca de lazer. Os proprietários e gestores de hotéis também se preocupam em promover a acessibilidade estrutural e nas acomodações hoteleiras para atrair esse público e cumprir a legislação.

O turismo também pode estar no espaço fronteiro entre a cultura e o lazer, pois com a globalização muitos espaços e muitas culturas se

assemelharam, permitindo que outras se destacassem pelas suas diferenças e pelos traços culturais que resistiram à homogeneidade do mundo global.

Muitas pessoas, em tempo de lazer, buscam apreciar novos elementos culturais como: outro idioma, a gastronomia, novos costumes, a arte, os diferentes estilos de vida, o clima, o relevo e as paisagens, as particularidades das regiões litorâneas, na busca de potencializarem os benefícios do lazer.

A convivência entre pessoas que se reúnem com tais objetivos pode ser benéfica a todos, inclusive às pessoas com deficiência, pois cada qual poderá despir-se de estereótipos, em ambientes que convidam ao novo, ao diferente. A cultura da acessibilidade estará presente, como sempre, dialogando com a cultura da inclusão.

6. O trabalho

No capítulo sobre o Programa de Inclusão Econômica, tivemos como foco o trabalho e sua importância para a inclusão social da pessoa com deficiência. Porém, não podemos deixar de destacar aqui a importância do trabalho como ambiente facilitador da inclusão social.

A razão de incluir pessoas com deficiência, no ambiente de trabalho, não deve ser compreendida somente como suposta ação solidária, mas como o cumprimento de uma responsabilidade cidadã de garantir seus direitos, proporcionando a todas as pessoas também a convivência com as diferenças, e a oportunidade de entrar em contato e compreender seus estigmas e preconceitos. Dessa experiência de convivência há muitos relatos importantes que ressaltam a convivência e a superação de barreiras sociais e afetivas nos grupos inclusivos de trabalho, testemunhando a realidade de uma sociedade que passa a ajustar-se a equidade de direitos e deveres, o que faz parte da nossa vida real.

Como ocorre com todas as pessoas, é no ambiente escolar e, depois, no ambiente de trabalho que as pessoas constroem seus vínculos de amizade e companheirismo, e muitas vezes vínculos afetivos importantes. Neste aspecto, para as pessoas com deficiência, os ambientes de trabalho favorecem as

mesmas experiências, e a construção de vínculos de afinidades com pessoas diferentes, e até com parceiros iguais, uma vez que os espaços de trabalho estão se tornando diversos e inclusivos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ✓ ANCINE (AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA). *Instrução Normativa n. 128/2016*. Dispõe sobre normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica, 2016.
- ✓ BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- ✓ DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. In: BRANDÃO, Carlos da F. *Atividades de tempo livre e atividades de lazer*. 1º Encontro da Alesde “Esporte na América Latina: atualidade e perspectiva”. UFPR – Curitiba, 1973.
- ✓ FURLANETTO, Ecleide C. *Fronteira*. In: FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). *Dicionário em Construção*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ✓ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. 2002.
- ✓ RUSSO, Luiza A. B.; PEREIRA, Luiza P. *Inclusão Educacional, Econômica e Social das Pessoas com Deficiência: Contribuições do Instituto Paradigma*. Canoas- RS: Palavra Bordada, 2021.
- ✓ SARRAF, Viviane P. *Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência: Benefícios para todos*. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, n.º 6, junho 2018.
- ✓ TEODORO, Célia. M. *Esporte de alto rendimento praticado por pessoas com deficiência: Relatos de atletas paraolímpicos*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Distúrbios de Desenvolvimento. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.